REVISTA CREA PB

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

Ano 1 - Nº 02 - Dezembro - 2011 - www.creapb.org.br

Balanço

Paulo Laércio faz avaliação e destaca conquistas

Nova Gestão

Giucélia Figueiredo será a primeira mulher a assumir a presidência do CREA-PB

PRATICIDADE, TECNOLOGIA E SEGURANÇA DESDE O PRIMEIRO PASSO PARA SEUS PROJETOS.

Agora, você pode fazer a sua ART através do site do CREA-PB. Lá, seus dados são salvos diretamente no servidor do Conselho, com a opção de finalizar o preenchimento depois, e a segurança de que seus dados não serão extraviados. Acesse o site, insira seu registro e pronto: é só garantir a regulamentação do seu projeto.

CREA-PB
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Paraíba

Paulo Laércio Vieira
Presidente do CREA-PB

Palavra do Presidente

Ao término de uma grande jornada é comum olharmos para trás e avaliarmos os frutos de nossa caminhada. É com satisfação, e com o olhar fixo no futuro, que concluímos esta gestão frente à presidência do CREA-PB, passando o bastão para a engenheira Giucélia Figueiredo depois de seis anos mantendo o compromisso do Conselho de proporcionar à sociedade, aos usuários e aos profissionais por ele representados o melhor atendimento possível.

Com orgulho lembramos importantes vitórias para nossa categoria que aconteceram durante nossa administração, como a valorização salarial obtida através da sanção do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos profissionais da área tecnológica da administração direta estadual. Essa conquista, e tantas outras, só se tornaram possíveis com a luta e a união das entidades representativas das categorias que caminham junto ao CREA-PB, demonstrando nossa união e realizando ações e mobilizações constantes em prol de nossos profissionais.

Esta segunda edição da *Revista CREA-PB*, outra importante conquista desta gestão que deve consolidar-se como um espaço vivo para o debate e a comunicação entre os profissionais representados pelo Conselho e a sociedade, traz um balanço desses anos de trabalho árduo e profícuo, além de uma reportagem especial sobre o primeiro Fórum Paraibano da Engenharia, que reuniu dezenas de profissionais neste mês de dezembro para discussão de grandes temas nacionais, como mobilidade urbana, cidades sustentáveis e o novo Código Florestal brasileiro.

É com imensa satisfação que entregamos a cadeira de presidente do CREA-PB, espaço que buscamos ocupar com responsabilidade e com a consciência da importância que cada profissional representa para o desenvolvimento da Paraíba e de nosso país. Acreditamos na capacidade de nossa amiga Giucélia Figueiredo, que já toma posse neste Conselho fazendo história enquanto primeira mulher a assumir a presidência do CREA da Paraíba, e estimamos que sua trajetória seja coroada de grandes vitórias e realizações em prol dos profissionais e de toda a sociedade.

REVISTA CREA PB
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

CREA-PB
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Paraíba

Expediente

Presidente
Eng. Paulo Laércio Vieira

1º Vice-presidente
Eng. Antônio Carlos de Aragão

2º Vice-presidente
Arq. Antônio Francisco de Oliveira

1º Secretário
Eng. Carlos Eugênio de Vasconcelos

2º Secretário
Téc. Est. Celso Alves de Lima

1º Tesoureiro
Eng. João de Deus Barros

2º Tesoureiro
Eng. Francisco Xavier Bandeira Ventura

Superintendente
Eng. Raimundo Nonato

Câmara Especializada de Engenharia Civil
Engª. Cândida Régis Bezerra de Andrade (Coordenadora)
Eng. Adilson Dias de Pontes (Adjunto)

Câmara Especializada de Agronomia
Eng. Flávio Izaac Ferreira Gomes (Coordenador)
Eng. Hercílio Rique de Sousa (Adjunto)

Câmara Especializada de Engenharia Elétrica
Eng. Antônio da Cunha Cavalcanti (Coordenador)
Eng. Luiz Valladão Ferreira (Adjunto)

Câmara Especializada de Engenharia Industrial
Eng. José Leandro da Silva Neto (Coordenador)
Téc. Mec. Daniel Strasburg (Adjunto)

Câmara Especializada de Geologia e Minas
Eng. Renan Guimarães de Azevedo (Coordenador)
Téc. Geo/Minas Adriano Peixoto Leandro (Adjunto)

Câmara Especializada de Arquitetura
Arq. Valder de Sousa Filho (Coordenador)
Arq. Cristina Evelise Viiera Alexandre (Adjunta)

Conselho Editorial
Eng. Paulo Laércio Vieira
Eng. Antônio Carlos de Aragão
Jorn. Carlos Roberto Bezerra

Editoria
Jorn. Carlos Roberto Bezerra
Reg. DRT-PB nº 912

Redação
Carlos Roberto Bezerra (DRT-PB nº 912)
Hacéldama Borba (DRT-PB nº 1067)
Liziane Sarinho (DRT-PB nº 1004)
Samara Souza (DRT-PB nº 2878)
Suéllen Rodrigues (DRT-PB nº 2672)

Fotografia
Arquivo Ascom/CREA-PB

Projeto Gráfico / Diagramação
SIN Comunicação
Raíssa Medeiros

Impressão
Gráfica JB

Tiragem
5.000 exemplares

CREA-PB
Av. Dom Pedro I, 809 – Centro
Cep. 58.013-021 - João Pessoa – PB
Fone: 83 3533-2525
www.creapb.org.br
creapb@creapb.org.br
carlosrbezerra@gmail.com

As opiniões emitidas nas matérias e artigos nesta publicação são de total responsabilidade de seus autores.

Sumário

Direito

Curadoria do Cidadão destaca progressos na adequação da Lei da Acessibilidade

Cidadania 06

Prevenção

Programa de Redução de Acidentes Elétricos zerou ocorrências nos canteiros de obra

Segurança 07

Convênios

Parcerias entre CREA-PB e entidades facilitam fiscalizações e proporcionam lazer e educação

Institucional 08

Avaliação

Paulo Laércio faz balanço de suas ações à frente da presidência do CREA-PB

Gestão 10

Triênio 2012-2014

CREA-PB empossa primeira presidente mulher da entidade

Gestão 12

CEP-PB

Parceria com o CREA-PB e o SENGE-PB possibilitou reestruturação do espaço

Renovação 15

CRECI e CREA

Entidades comemoram uma década de parceria

Fiscalização 17

Fórum

Engenheiros ganham espaço de discussão

Especial 18

Dia do Engenheiro

Armando Marinho, presidente do SENGE-PB

Entrevista 24

Dia do Arquiteto

Cristina Evelise, presidente do IAB-PB e do CAU-PB

Entrevista 26

Balanço

Por Marcos Túlio de Melo

Artigo 28

Aristóteles e os Engenheiros

Por Irenaldo Quintans

Artigo 30

Direito do Cidadão

Curadoria do Cidadão destaca progressos na adequação da Lei da Acessibilidade

Houve um grande avanço na indústria da construção civil no tocante à adequação à Lei nº 10.098/2000, que define as normas de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. A constatação é do promotor Valberto Lira, curador de Defesa dos Direitos do Cidadão, que atribui as conquistas dos últimos anos às parcerias firmadas para o empreendimento de ações em prol desse segmento da população.

Segundo ele, o CREA-PB, com assento na Comissão de Fiscalização do Ministério Público, tem sido um desses parceiros na permanente atenção à aplicação da Lei da Acessibilidade. "Está sendo fundamental esse trabalho. O que podemos atestar é que verificamos um excelente avanço, apesar de algumas dificuldades existentes, mas estamos conseguindo, junto ao setor da construção, respeitar esse direito do cidadão portador de deficiência e reverter diversas situações encontradas", disse.

Conforme afirma Valberto Lira, o tema acessibilidade tem sido o foco constante das pautas de reuniões com as entidades que constituem a comissão fiscalizadora, que está atenta ao regulamento e vem contribuindo significativamente para a mudança de paradigma desde a implantação da Lei da Acessibilidade e da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta nos centros urbanos.

Valberto Lira
Curador do cidadão

"É importante que todos tenham essa responsabilidade na promoção da acessibilidade, assegurando oportunidades iguais para as pessoas carentes desse tipo de estrutura, seja na entrada de um prédio, na simples subida de uma calçada ou no acesso a qualquer espaço social. Por isso, é imprescindível o trabalho dessas instituições", avaliou Lira.

O trabalho de conscientização no processo de inclusão social dessas pessoas é incessante, observa o curador, que já apresenta novas metas para 2012. De acordo com Valberto Lira, a intenção do Ministério Público é que as parcerias com instituições como o CREA-PB continuem e reverberem para outros grandes centros urbanos da Paraíba.

Ele assegura ainda ser possível constatar os avanços através das estatísticas recentes referentes ao crescimento do número de edificações públicas e particulares em conformidade com as normas de acessibilidade. A acessibilidade deve estar prevista na construção dos prédios novos, e os antigos devem adaptar-se à lei a fim de tornar realidade o respeito aos direitos do cidadão com necessidades especiais.

"A Paraíba está em destaque. Recentemente fomos motivo de comentários positivos sobre a acessibilidade através do Grupo de Direitos Humanos da OAB-PB. Isso nos motiva a trabalhar mais e mostrar que é possível fazer valer o que estabelece a legislação junto à indústria da construção civil", pontuou.

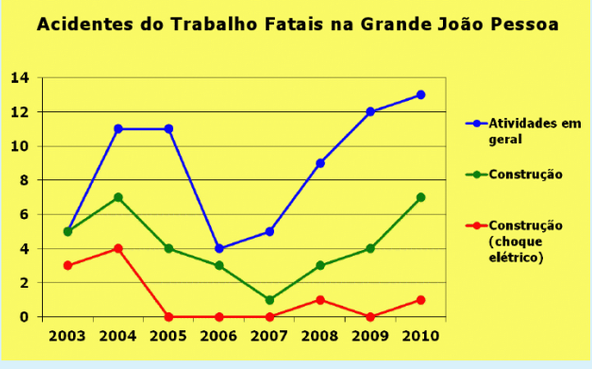
Grande João Pessoa

Programa de Redução de Acidentes Elétricos zerou ocorrências nos canteiros de obras

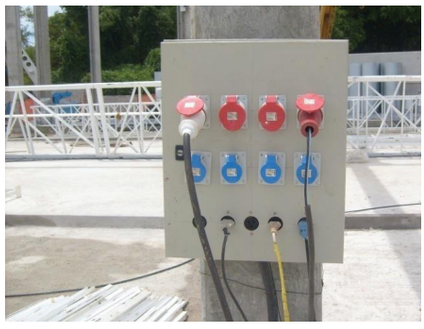
Na grande João Pessoa, caiu para zero o número de acidentes por choques elétricos nos canteiros de obras. Essa redução drástica aconteceu graças à implantação, em 2006, do Prae - Programa de Redução de Acidentes Elétricos, desenvolvido pelo CPR-PB - Comitê Permanente Regional sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção Civil da Paraíba com o auxílio de parceiros como o CREA-PB e a Energisa Paraíba, concessionária de energia elétrica que atua no estado.

Os trabalhadores da construção civil agora executam as obras sob a proteção de um projeto elétrico das instalações provisórias - que deve ser elaborado pela construtora responsável, assinado por um engenheiro eletricista e atestado pela Energisa antes do início de qualquer construção, a ser entregue juntamente com a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica.

De acordo com o coordenador do CPR-PB, Hélio Lopes, antes da implantação do programa a incidência de acidentes nos canteiros de obras era de 60%, que aconteciam por conta das gambiarras, instalações elétricas mal feitas. “Hoje, é outra realidade. O Programa de Redução de Acidentes Elétricos veio para erradicar de uma vez por todas a cultura da gambiarra e promover a elaboração de projetos confiáveis e que mantêm a segurança dos trabalhadores”, explicou.



O CREA-PB é um dos signatários do termo de compromisso firmado com as empresas do ramo da construção civil para a redução dos acidentes elétricos. Para Hélio Lopes, tem sido bastante relevante a contribuição que o Comitê Permanente Regional da Paraíba tem recebido por parte do CREA-PB.



Instalação elétrica regular

“Temos conseguido atuar na raiz do problema com a formalização do termo de compromisso elaborado pelo Comitê, que conta ainda com a participação do Sinduscon, do Ministério Público do Trabalho e do Sindicato dos Trabalhadores. Esse é um fator preponderante para o sucesso do programa que negativou os óbitos por choques elétricos entre os trabalhadores da construção civil”, destaca o coordenador do CPR-PB.

Para tanto, a fiscalização tem sido sistemática nos canteiros de obras, conforme atesta Soraia Di Cavalcanti Pinheiro, auditora fiscal do trabalho. Segundo ela, o programa tem melhorado continuamente o ambiente de trabalho na indústria da construção, tornando-o mais saudável e seguro, bem como tem promovido a socialização do debate prevencionista, permitindo um olhar múltiplo sobre a questão e propiciando o compartilhamento de responsabilidades.

Segundo os representantes do Comitê, a interiorização do Prae é uma meta para 2012, com a implantação do programa em outras cidades da Paraíba nas quais a indústria da construção civil também tem crescido gradativamente.

Convênios

Parcerias entre CREA-PB e entidades facilitam fiscalizações e proporcionam lazer e educação

Uma das funções principais do CREA-PB é oferecer excelência na execução de obras públicas e privadas através de fiscalizações contínuas. Por essa razão, nos últimos seis anos, o maior número de convênios e acordos de cooperação técnica firmados entre o Conselho e as entidades competentes foram para facilitar as ações de fiscalização.

Mas, além de otimizar as fiscalizações para melhor atender a sociedade e os profissionais associados, o CREA-PB firmou diversos convênios em favor de seus usuários e dependentes diretos referentes a lazer e benefícios próprios, como saúde, educação, turismo, e até bancários, como a concessão de empréstimos. De acordo com o assessor administrativo do CREA-PB, Sérgio Quirino, quando os convênios são fechados, as principais preocupações da administração são oferecer um melhor atendimento aos usuários, além de melhores condições de trabalho aos funcionários e o bem-estar dos profissionais registrados e dependentes.

"Ao procurarmos uma parceria, sempre temos em mente não somente melhorias internas do CREA, mas também possibilitar que os profissionais tenham à disposição benefícios úteis, possibilitando conforto aos próprios e a seus dependentes", explicou.

Benefícios Pessoais

Parceiros	Tipos de Convênio	Benefícios
Banco do Brasil	Operacionalização de concessão	Concessão de financiamentos aos associados através do Banco de Crédito Imobiliário.
	Cooperação técnica e operacional	Concessão de financiamentos para a realização de investimentos que promovam a criação e a manutenção de postos de trabalho, a geração e a distribuição de renda.
Sesc-PB	Concessão de carteira de conveniado	Participação em atividades dos programas de educação, saúde, cultura, turismo e lazer em todas as unidades do Sesc.
Qualicorp Administradora de Benefícios	Oferta e disponibilização de benefícios	Planos de saúde e seguros para os associados.
Coobrastur	Prestação de serviços	Descontos nos serviços de hotelaria por meio de planos integrantes do Serviço de Turismo Cooperativo Coobrastur.

Educação

Parceiros	Tipos de Convênio	Benefícios
Sociedade de Ensino Superior da Paraíba; Centro de Ensino Profissionalizante e Preparatório; UNIPB e Faculdades Integradas Anglo-americano	Conjugação de interesses operacionais e cooperação técnica educacional	Fornecimento de estágios e participação em cursos de pós-graduação e demais cursos para profissionais inscritos e empregados do CREA-PB, assim como para seus dependentes diretos, mediante concessão de desconto especial em matrículas e renovações.
CIEE	Cooperação recíproca	Integração ao mercado de trabalho através de programas de estágio para estudantes.
Aliança Francesa	Oferta de serviços	Desconto de 25% nos cursos regulares.

Fiscalização

Parceiros	Tipos de Convênio	Benefícios
MPF – Ministério Público Federal	Cooperação técnica, científica e operacional	Cumprimento de normas de acessibilidade em edificações sob o comando de entidades públicas federais, entidades privadas e órgãos da administração pública federal, e em entidades privadas abrangidas pela atuação do MPF através do IPI - Programa de Inspeção Preventiva Integrada.
MPPB – Ministério Público do Estado da Paraíba	Parceria institucional	Fiscalização de instituições de longa permanência para idosos, clínicas geriátricas e outras destinadas ao atendimento desse público, privadas ou públicas.
	Cooperação técnica	Verificação de conformidade de laudos de vistoria de engenharia e estabilidade estrutural no tocante ao cumprimento dos padrões mínimos estabelecidos pelo Decreto n° 6.795/2009 e pela Portaria n° 124/2009 do Ministério do Esporte.
Souza Cruz S.A.	Regramento	Regramento para a emissão de ART para os profissionais que trabalham no cultivo e no manuseio do tabaco.
Minerva WEB	Concessão	Acesso ao software Minerva, através do CREA-RN, contendo o sistema integrado de cadastro de profissionais, empresas, leigos, responsáveis técnicos, ARTs, autos de infração/notificações, boletos e controles internos, além de manutenção e atualizações do referido software.
SRTE-PB - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Termo de compromisso	Redução do número de acidentes do trabalho envolvendo instalações elétricas necessárias ao desenvolvimento das atividades da indústria da construção.
TCU - Tribunal de Contas da União; TCE-PB - Tribunal de Contas do Estado da Paraíba; e Suplan – Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado.	Acordo de cooperação técnica	Acompanhamento da aplicação dos recursos estaduais e federais referentes às obras e aos serviços de engenharia, arquitetura e agronomia e ao aperfeiçoamento das ações fiscalizadoras, além do acesso on line aos dados das ARTs das empresas e dos profissionais atuantes nas obras e nos serviços de engenharia contratados pela administração pública.
Sudema – Superintendência de Administração do Meio Ambiente	Cooperação mútua	Fiscalização de obras e empreendimentos em consonância com a legislação ambiental.
Prefeitura Municipal de Queimadas	Cooperação mútua	Aprimoramento de ação fiscalizatória e cumprimento da legislação pertinente, garantindo a participação dos profissionais da área tecnológica nos empreendimentos realizados nessa cidade.

CREA-PB, Ministério Público e Prefeitura de João Pessoa fiscalizam projeto de acessibilidade

Dedicação e transparência

Paulo Laércio faz balanço de suas ações à frente da presidência do CREA-PB

Lutas e conquistas marcaram os seis anos de gestão do engenheiro Paulo Laércio como presidente do CREA-PB, que deixa o cargo no dia 31 de dezembro de 2011. O Conselho, que possui, em sua estrutura deliberativa, um plenário composto por 45 conselheiros e seis câmaras especializadas, foi comandado com maestria por Laércio, que fecha sua gestão comemorando grandes vitórias para as categorias representadas pela entidade.

Dentre muitos avanços internos, Paulo Laércio destaca as mudanças significativas na valorização dos recursos humanos, possibilitando o melhor cumprimento de funções administrativas. O Conselho criou cargos essenciais à boa prestação de serviços à sociedade, às empresas e aos profissionais, com a realização do primeiro concurso público para reforçar a equipe do CREA-PB, principalmente nas áreas administrativa e fiscalizatória, com admissão de 18 novos servidores e seleção de outros quatro, que serão contratados posteriormente.

O engenheiro passa o comando do Conselho para a nova presidente eleita, a engenheira Giucélia Figueiredo, com a sensação de dever cumprido junto à sociedade e aos cerca de 16 mil profissionais representados, entre eles geógrafos, tecnólogos, metrologistas, engenheiros e arquitetos. “Tenho a certeza da importância da nossa classe para o desenvolvimento do país e acredito no bom trabalho que realizei durante esses anos”, concluiu Paulo Laércio.

Cássio Cunha Lima, então governador da Paraíba, ao lado de Paulo Laércio, presidente do CREA-PB, durante sanção do PCCR

Durante evento da categoria, profissionais visitaram obras da Estação Cabo Branco - Ciência, Cultura e Artes

Valorização dos recursos humanos

Durante a gestão de Paulo Laércio, deu-se a sanção do PCCR dos engenheiros por Cássio Cunha Lima, à época governador da Paraíba, concretizando o compromisso com os servidores e profissionais assumido ao iniciar sua administração, bem como a implantação do novo regulamento de gestão de pessoas.

O processo de elaboração do valor real de BDI - Benefícios e Despesas Inéditas, hoje adotado pelos órgãos públicos, também começou a ser discutido nessa gestão através da constituição de um grupo de trabalho, que envolveu todos os segmentos da cadeia produtiva, além de órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Debateu-se também a importância do Asbuilt - Projeto Básico e Executivo, o que ocasionou a criação de uma lei estadual, sendo obrigatória a sua utilização em todas as obras públicas.

A ampliação de benefícios para os associados foi um dos pontos que obteve atenção especial da diretoria. Paulo Laércio foi o responsável pela regulamentação de um plano de saúde mais acessível para os servidores, através de um convênio com a Uniclub/Unimed.

CREA-PB participa de debates sobre questões fundamentais para a população paraibana

Outro importante instrumento para o aprendizado e a atuação dos profissionais, as normas da ABNT, teve o acesso facilitado por meio de convênio com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, através do qual as regras podem ser acessadas com 50% de desconto ou por visualização gratuita em terminais disponibilizados na sede do CREA e nas inspetorias.

Fiscalização

Com o reforço de pessoal para atuar nas fiscalizações e por iniciativa comum de diversos órgãos que lidam com a segurança dos cidadãos, foi possível a criação da FPI - Fiscalização Preventiva Integrada, composta por Ministério Público, Corpo de Bombeiros, Sudema, Ibama, Agevisa, Sedap, prefeituras municipais, entre outros. Após a primeira FPI, foram realizadas operações conjuntas em diferentes setores e serviços de utilidade pública. As principais FPIs aconteceram em estádios de futebol e em eventos como O Maior São João do Mundo, a Micarande e o Carnaval.

Além das FIPs, o CREA-PB desenvolve um intenso trabalho de fiscalização contínua, visando conscientizar os profissionais e os usuários dos serviços de engenharia da necessidade do registro da ART, que garante a presença de um profissional qualificado no acompanhamento da obra ou do serviço. Para dar condições melhores a essas fiscalizações, ações de aparelhamento foram promovidas, adquirindo-se quatro carros, 12 motocicletas, 30 computadores, dois GPS, dois notebooks, além de serem realizados seminários de reciclagem para os funcionários. Com a intensificação das ações, notou-se um aumento significativo do registro das anotações técnicas, que, em 2006, eram em torno de 13 mil e, em 2011, saltaram para cerca de 40 mil.

Modernização

Para manter a estrutura física e sustentar as redes de informações do Conselho, suprindo as necessidades de oito inspetorias na Paraíba, o CREA-PB investiu em modernização, especialmente na área de informática. Apenas em João Pessoa, foram aplicados R$ 100 mil em novos cabeamentos, no mobiliário do auditório e na melhoria das instalações físicas. Mais de R$ 500 mil foram investidos nas demais inspetorias para aquisição de carros para os fiscais, valorizando o profissional e garantindo melhores condições de trabalho.

No tocante à informatização, foram adquiridos equipamentos para a renovação de rede, conferindo mais agilidade e eficiência aos serviços prestados pelo Conselho, e houve a implantação do programa Minerva Web, que gerencia o banco de dados informativos do CREA-PB, facilitando a comunicação entre os CREAs registrados no Sistema Minerva Web e a utilização por parte dos profissionais e usuários.

Triênio 2012 - 2014

CREA-PB empossa primeira mulher presidente da entidade

"Ser a primeira mulher a presidir o CREA-PB representa uma quebra de paradigma. Por isso, implementarei as ações necessárias para que possamos tornar o nosso Conselho atuante, presente, motivo de orgulho dos profissionais e referência para a sociedade."

Giucélia Figueiredo

O ano de 2011 tornou-se marcante para a história do CREA-PB - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Paraíba, quando, pela primeira vez, uma mulher ascendeu à presidência da entidade, que tem 46 anos de existência. A engenheira agrônoma Giucélia Figueiredo, escolhida democraticamente durante eleições ocorridas em novembro, tomou posse em 19 de dezembro em sessão plenária especial. A solenidade contou com a presença de profissionais e representantes de entidades, que lotaram o auditório para prestigiar a nova presidência do Conselho, sob comando feminino a partir de 1º de janeiro.

Emocionada, Giucélia Figueiredo reafirmou os compromissos de campanha, ressaltando o sentimento de mudança advindo dos profissionais, do setor produtivo e de usuários do CREA-PB. Para ela, a expectativa de mudança e de um novo modelo de gestão para o Conselho foi determinante em sua vitória. "As eleições acabaram e agora é hora de trabalharmos em prol de um Conselho que se constitua como ferramenta de defesa dos direitos dos profissionais e também da sociedade", ressaltou.

Eleita para o triênio 2012-2014, a primeira presidente do CREA-PB relembrou momentos da campanha eleitoral, comentou sobre sua história de vida e defendeu a importância do processo democrático para o fortalecimento das entidades. Atuante em movimentos sociais, sindicais, partidários e estudantis, Giucélia afirmou que não abre mão de fazer as mudanças necessárias no Conselho e comprometeu-se com a valorização profissional, uma das grandes bandeiras de sua batalha para chegar à presidência.

"Sabemos da nossa responsabilidade em escrever uma nova página da história do CREA-PB e não fugiremos dessa responsabilidade; como mulher, engenheira, sindicalista e militante compromissada com as causas sociais, saberemos honrar a confiança de todos"
Giucélia Figueiredo

"Ser a primeira mulher a presidir o CREA-PB representa uma quebra de paradigma. Por isso, implementarei as ações necessárias para que possamos tornar o nosso Conselho atuante, presente, motivo de orgulho dos profissionais e referência para a sociedade", garantiu. Em seu discurso, Giucélia evidenciou ainda a importância das entidades no processo de organização, mobilização e participação dos profissionais e destacou que a fiscalização do exercício ilegal da profissão será prioridade em sua gestão.

"Sabemos da nossa responsabilidade em escrever uma nova página da história do CREA-PB e não fugiremos dessa responsabilidade; como mulher, engenheira, sindicalista e militante compromissada com as causas sociais, saberemos honrar a confiança de todos", afirmou.

Por fim, Giucelia ressaltou a participação dos presidentes de entidades que apoiaram a sua candidatura, agradecendo a todos e comprometendo-se a ter as entidades como referência, destacando ainda a participação do presidente Paulo Laércio, que soube conduzir o processo de forma ética e democrática.

Durante a solenidade, foram empossados também os novos diretores da Mútua-PB. Antônio Alberto Diniz, o Betão, assumiu a direção-geral; Antônio Cunha, a direção administrativa; e José Ariosvaldo, a diretoria financeira.

Na previsão do tempo com precisão, o meteorologista está aqui.
Na qualidade dos alimentos, o trabalho do agrônomo está aqui.
No estudo dos impactos ambientais, o geógrafo está aqui.
No planejamento urbano, o trabalho do arquiteto está aqui.
Nos estudos dos solos, o geólogo está aqui.
Nos cálculos e na modernidade, o engenheiro está aqui.
Busque competência e ética, encontre os profissionais do Confea/Crea
Para onde olhamos, na cidade ou no campo, é possível ver o trabalho dos profissionais registrados no Confea/Crea. São projetos que saíram do papel e se tornaram realidade, trazendo maior conforto e modernidade para os nossos dias. Desde a fruta que você come até a ponte que nos deixa mais próximos, busque competência e ética, encontre os profissionais do Confea/Crea.
Vamos construir uma cidade juntos? www.cidadecolaborativaconfea.com.br
CONFEA
Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CREA
Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
www.confea.org.br

Clube de Engenharia da Paraíba completou 65 anos

Parceria com o CREA-PB e o Senge-PB possibilitou reestruturação do espaço

São 65 anos de lutas e conquistas do CEP-PB - Clube de Engenharia da Paraíba. Localizado em um dos mais cobiçados endereços postais da capital paraibana, mais precisamente na Avenida dos Pescadores, Praia do Seixas, ponto extremo oriental das Américas, a entidade, fundada em 11 de dezembro de 1946, acaba de passar por um processo de revitalização em suas instalações físicas para melhor servir aos seus associados.

Na história pujante e gloriosa do Clube de Engenharia, iniciada sob a presidência do general José Leite, vale ressaltar que ele foi responsável pela criação da Escola de Engenharia de João Pessoa, em 1952, hoje funcionando como Centro de Tecnologia da Paraíba. A paralisação total das atividades do Clube aconteceu recentemente. Sem funcionar, o prédio começou a deteriorar-se com a ação do tempo. A reforma e o novo layout do CEP-PB só foram possíveis graças à parceria empreendida com o CREA-PB e o Senge-PB - Sindicato dos Engenheiros no Estado da Paraíba.

O CEP-PB ganhou os novos ares de modernidade que o momento exige e vai seguir na defesa das políticas sociais da categoria, incluindo o lazer e o bem-estar de todos que formam a entidade na Paraíba.

Clube de Engenharia da Paraíba depois da reforma

Agora totalmente reestruturado, o Clube ressurge com o objetivo de bem atender os seus 700 associados, resgatando assim o propósito para o qual foi criado. De acordo com o presidente, Adilson Dias Pontes, o CEP-PB ganhou os novos ares de modernidade que o momento exige e vai seguir na defesa das políticas sociais da categoria, incluindo o lazer e o bem-estar de todos que compõe a entidade na Paraíba.

"Plantamos um sonho e agora estamos colhendo os frutos. Faremos tudo para o engrandecimento do Clube e pelos nossos associados. Como presidente, estou trabalhando na perspectiva de fazermos muito mais neste próximo ano. A ideia é celebrarmos esses 65 anos de fundação, e para isso estamos contando com a participação efetiva dos nossos sócios: afinal, o Clube existe para eles", ressaltou Pontes.

Segundo o presidente, hoje o Clube vem se mantendo sozinho, e os recursos são adquiridos através das anuidades pagas pelos associados no valor de R$ 15 e por meio do arrendamento do bar/restaurante. Como forma de intensificar a frequência dos associados, o presidente informou que está implementando uma extensa programação social para dar andamento aos projetos de sua gestão.

O CEP-PB vem promovendo diversas campanhas sociais em benefício de comunidades carentes e instituições. Recentemente, os associados angariaram donativos para as crianças com câncer do Hospital Napoleão Laureano, e está aberta uma campanha para arrecadação de alimentos que serão doados ao Hospital Padre Zé.

A comemoração dos 65 anos de fundação do CEP-PB acontecerá em 2012, com a distribuição de uma revista sobre a história do Clube, cuja publicação está sob a responsabilidade do professor Itapuan Bôtto Targino. "Queremos, com essa revista, homenagear os ex-presidentes e antigos associados. Celebraremos a reestruturação do Clube em grande estilo logo no início do próximo ano", ressaltou Adilson Pontes.

Adilson Dias de Pontes
Presidente do Clube de Engenharia

Outra meta para 2012 é aumentar o número de associados ao Clube de Engenharia como forma de ampliar os benefícios propostos à categoria e arrecadar mais recursos para a manutenção funcional das instalações físicas do prédio, informou o presidente.

CRECI e CREA da Paraíba

Entidades comemoram uma década de parceria

Rômulo Soares
Presidente do CRECI-PB

O CRECI-PB - Conselho Regional de Corretores de Imóveis da Paraíba e o CREA-PB comemoraram dez anos de uma parceria exitosa. Em 2001, as duas instituições firmaram compromisso, através de Termo de Ajustamento de Conduta, junto ao Ministério Público Estadual, comprometendo-se a cooperarem com o velamento e fiscalização dos ditames da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que preceitua a exigência de registro das incorporações imobiliárias, com arquivamento da documentação pertinente como condição prévia legal para a negociação de unidades autônomas em edificações.

Segundo o presidente do CRECI-PB, Rômulo Soares, a parceria apresenta resultados bastante satisfatórios, superando as expectativas das partes envolvidas. Ele informou ainda que, de acordo com as estatísticas do setor de fiscalização da instituição, na zona norte da capital (bairros da orla marítima), mais de 90% dos imóveis e construções são monitorados pelo Conselho.

O foco do CRECI-PB em 2012 é fazer com que essa abrangência também chegue à zona sul. A região foi a que mais cresceu em termos de investimentos imobiliários nos últimos anos. A ideia é aumentar a eficiência da fiscalização e fazer cumprirem-se as cláusulas do compromisso. Rômulo Soares afirma que a meta é fazer com que a fiscalização atinja todos os empreendimentos de João Pessoa e da Paraíba. “Em 2012, essa será uma das prioridades do nosso Conselho”, garante Soares.

Avaliação de imóveis

Nova regra em 2012

A partir do próximo ano, novas regras entrarão em vigor para a avaliação de imóveis no país. O Cofeci - Conselho Federal de Corretores de Imóveis editou uma nova regulamentação para a inclusão de corretores de imóveis no CNAI - Cadastro Nacional de Avaliadores Imobiliários, criado pela instituição em 2006.

Conforme a normatização, só poderão se cadastrar os profissionais cujo curso de Avaliação de Imóveis tenha sido feito em uma instituição de ensino que já ministre a formação de Técnico em Transações Imobiliárias com aprovação de um Conselho Estadual de Educação e reconhecido pelo Cofeci, ou seja, um curso aprovado formalmente. A mudança não altera a situação dos profissionais já cadastrados.

Com a Lei nº 6.530, em vigor desde 1987, o corretor de imóveis tem a atribuição legal de opinar com relação à comercialização imobiliária. Recentemente, o Cofeci tomou a iniciativa de buscar a regulamentação desse nicho de mercado para o profissional que representa. Em função da iniciativa do Conselho Federal, há cerca de cinco anos a categoria pode emitir pareceres técnicos de avaliação mercadológica.

FÓRUM PARAIBANO DE ENGENHARIA

Evento deve tornar-se espaço de discussão dos grandes temas da categoria

Engenheiros, representantes de entidades de classe e autoridades se reuniram no início de dezembro para celebrar um marco para a engenharia na Paraíba. Nos dias 12 e 13, foi instaurado o Fórum Paraibano de Engenharia. O evento, promovido pelo CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e pelo CREA-PB, que aconteceu em João Pessoa, no auditório do Hotel Litoral, veio suprir uma lacuna existente do setor e atender a uma reivindicação da categoria.

Os temas escolhidos para nortear o primeiro Fórum de Engenharia permearam a preocupação com a preservação da natureza e o desenvolvimento sustentável das cidades frente ao progresso econômico do país. Com dois eventos esportivos de proporções internacionais a serem realizados no Brasil nos próximos anos, a necessidade de adequação estrutural dos grandes centros urbanos para receber um contingente enorme de visitantes e atletas de todo o mundo é assunto constante, como também, a necessidade de crescer sem prejudicar o meio ambiente.

“As questões sobre sustentabilidade são muito recentes. Em 1968, começaram as preocupações com o ecossistema, e percebemos a resistência dos grandes países em se adequar e aderir a essas ideias”, afirmou o coordenador do Projeto Pensar o Brasil e as Américas, do Governo Federal, Paulo Bubach, na palestra magna que abriu o evento.

Transporte público e mobilidade urbana foi um dos primeiros temas discutidos no Fórum, já que o crescimento das cidades exige uma atenção especial. A mobilidade urbana será um grande desafio neste século, e o desenvolvimento de políticas públicas para solucionar possíveis gargalos nessa área deve ser alvo de planejamentos por parte do poder público.

O futuro das cidades no século XXI foi discutido com afinco, além de temáticas relacionadas ao meio ambiente, como o Código Florestal. “A mola propulsora da economia está nas mãos dos engenheiros. Que este Fórum, seja um espaço constante de reunião entre pessoas de renome da ciência e da tecnologia”, afirmou o presidente do CREA-PB, Paulo Laércio.

Mesa de encerramento do Fórum Paraibano de Engenharia

Além das entidades promotoras do evento, contribuíram para a construção do Fórum, o Ibape-PB - Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícias de Engenharia da Paraíba como instituição realizadora, e o Senge-PB – Sindicato dos Engenheiros no Estado da Paraíba, a AEA-PB - Associação dos Engenheiros Agrônomos da Paraíba, o IAB-PB – Instituto de Arquitetura do Brasil Departamento da Paraíba, o CEP-PB – Clube de Engenharia da Paraíba, o Sintec-PB - Sindicato dos Técnicos no Estado da Paraíba, a Assem-PB – Associação dos Engenheiros de Minas, a UFPB – Universidade Federal da Paraíba e a UFCG – Universidade Federal de Campina Grande, como apoiadores.

Mobilidade urbana: um desafio das grandes cidades

O Fórum Paraibano de Engenharia colocou em pauta discussões sobre a mobilidade urbana, problema que afeta e preocupa grande parte das cidades brasileiras. O tema foi debatido por José Carlos Xavier, presidente da Companhia de Transportes Coletivos de Goiânia, e por Carlos Batinga, gestor operacional do Salvador Card, sistema de bilhetagem eletrônica da capital baiana.

A necessidade de melhorar o deslocamento das pessoas é urgente. Mais de 80% da população brasileira já mora nas cidades, que são um ambiente coletivo, entretanto, toda a mobilidade urbana desses locais é estruturada no modo individual de transporte. “É como se disséssemos às pessoas: morem nas cidades, sejam coletivos e urbanos, mas, na hora de se deslocar, peguem seu carro, sua motocicleta, se desloquem cada um por sua conta”, afirmou Xavier.

O engenheiro, que atua na área de transportes coletivos desde 1984, alertou que as cidades só ficarão sustentáveis se tiverem uma rede de transporte capaz de atender plenamente a toda a população, com atenção também às calçadas, às áreas de convivência e à acessibilidade. Ele lembrou ainda que os modos não motorizados, como a bicicleta, são expressivos em países desenvolvidos, mas ainda precisam ser estimulados no Brasil. “O deslocamento nas cidades não é uma obrigação das pessoas, de acordo com a sua capacidade. Ao contrário, é uma obrigação de uma política pública que estruture melhor a mobilidade urbana, que, somente centrada nos transportes coletivos e nos modos não motorizados, será capaz de tornar-se eficiente”, defendeu.

José Carlos Xavier enumerou três aspectos ligados estritamente à mobilidade urbana: os acidentes, a poluição ambiental e os congestionamentos. Somente com acidentes, é gasto por ano um valor estimado em R$ 30 bilhões. São 30 mil mortes no trânsito, além das centenas de milhares de pessoas que sofrem sequelas, acarretando prejuízos econômicos, sociais e humanos. Xavier ressaltou que apenas o transporte coletivo tem o poder de reduzir essas estatísticas e ainda diminuir a poluição ambiental, outro grave problema deste século. Para o especialista, apesar de os ônibus serem movidos a diesel, o meio de transporte coletivo é muito mais eficiente que o automóvel. “Os ônibus rateiam a poluição de uma forma muito mais ampla, pois transportam de 80 a 100 pessoas, bem diferente do automóvel, usado geralmente por um ou dois ocupantes”, comparou.

Sobre o terceiro aspecto, os congestionamentos, José Carlos Xavier pontuou os prejuízos econômicos e a perda da qualidade de vida. Os engarrafamentos enfrentados pela maioria dos que vivem nas grandes cidades brasileiras é uma problemática crescente quando somada à falta de tempo e de paciência dos usuários. Associados aos outros pontos, segundo aponta, tornam ainda mais necessária essa busca sustentável e estrutural da mobilidade urbana. “Em todas as cidades

com mais de 300 mil habitantes no Brasil, a questão da mobilidade urbana já é urgente. Precisamos de planos de desenvolvimento institucional, gestão capacitada e discussão sobre o tema. Acredito que não será alterado o direito de ter carro, mas vai se alterar a forma como ele é utilizado", previu.

A opinião de Xavier, que foi ainda secretário de Transporte e Mobilidade Urbana no Ministério das Cidades por cinco anos, é que, apesar do déficit de investimentos públicos ao longo dos anos, a realização da Copa do Mundo trará mudanças significativas no sistema de mobilidade nas cidades. Ele acredita que cada vez mais os governantes se conscientizarão da necessidade de políticas públicas.

Aspectos Históricos

O engenheiro Carlos Batinga, também palestrante sobre o mesmo tema, acrescentou aspectos históricos importantes para a compreensão dessa discussão. Ele é especialista em Planejamento de Transporte Urbano e hoje é membro do Conselho Nacional de Transporte Público.

Carlos Batinga

Batinga classificou em três as fases do processo de mobilidade urbana no Brasil. A primeira delas compreende os anos anteriores a 1990, quando, segundo ele, houve preocupação do Governo Federal em planejar e elaborar projetos para as regiões metropolitanas brasileiras e, posteriormente, para as cidades de porte médio. Essa fase foi de capacitação humana em todos os níveis, de investimentos em infraestrutura e de estruturação dos órgãos gerenciais. Mas, com a Constituição de 1988, tudo o que se referia a transporte urbano passou a ser atribuição dos municípios e não mais da União. Em 1990, os organismos federais foram extinguidos e as equipes demitidas.

Nos 20 anos seguintes, até o ano 2010, não houve coordenação, orientação ou investimentos federais na área, sendo os municípios os responsáveis pela mobilidade. No entanto, a centralização dos recursos em nível federal dificultou o gerenciamento municipal, justamente em um período de aceleramento do processo de urbanização. A época é marcada pelo crescimento da população nas cidades em torno de 45% e pela motorização, impulsionada pelas facilidades de produção e comercialização de veículos.

Batinga explicou que, segundo dados do IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, a cada R$ 1,00 investido em transporte público, R$ 12,00 são investidos em benefício do transporte individual, como a redução do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados e de outros impostos. "O resultado são cidades inchadas de veículos, em uma cultura que vê o transporte individual como a solução para o deslocamento. Por isso, chegamos ao caos que vivemos hoje", disse, acrescentando que o déficit de investimentos acumulados ao longo dos 20 anos é outro fator responsável pela situação do momento.

Segundo ele, mais de R$ 400 bilhões deixaram de ser investidos no período, e, por isso, as medidas a curto prazo não serão soluções eficientes. Por conta da Copa do Mundo, há previsão de que R$ 30 bilhões sejam investidos em 24 cidades, mas

a distribuição vem gerando críticas, já que o país possui mais de 80 centros urbanos com número de habitantes superior a 300 mil e também milhares de municípios. “Se compararmos com o que deixou de ser investido, com o custo dos acidentes causados por essa desorganização do crescimento da indústria automobilística e do uso do automóvel particular, o valor é irrisório. Sem contar que esses recursos só contemplarão poucas cidades”, afirmou.

Para Batinga, é preciso haver recursos permanentes e gestão em todos os níveis. Ele alertou que só há recursos previstos para serem aplicados até 2014. “Não existe nenhuma programação do Governo Federal para investir em projetos de mobilidade urbana em 2015, e as obras previstas para a Copa, escolhidas sem planejamento maior, estão bem aquém da necessidade. Pelo que estamos acompanhando, a maioria das cidades não terá os projetos concluídos, o que é lamentável. Além disso, o mundo continua após esse evento e precisamos de investimentos de forma contínua”, lamentou.

Sobre a cidade de João Pessoa, Carlos Batinga ressaltou que o índice de motorização ainda é baixo entre as capitais brasileiras, tendo uma média de um veículo para cada cinco habitantes. Só para se ter uma ideia, Curitiba tem um para cada dois habitantes, o que demonstra que o trânsito pode piorar muito na capital paraibana caso não seja realizada uma ação efetiva.

Por fim, o especialista avaliou que o problema da mobilidade não está restrito às metrópoles nem às médias cidades e lembrou que as de pequeno porte enfrentam crescente número de acidentes de trânsito pela utilização indevida de carros e motocicletas. Para ele, o Governo Federal e o Congresso Nacional precisam ter consciência dessas necessidades, condição que garantiria dias melhores para as gerações futuras.

Cidades sustentáveis

A engenheira Emília Corrêa Lima, presidente da CEHAP – Companhia Estadual de Habitação Popular, ministrou palestra sobre o tema central desta edição do Fórum, abordando questões relativas à habitação de interesse social. Na ocasião, ela revelou que o município de Campina Grande, a 130 km de João Pessoa, será a primeira cidade a ganhar um modelo de casa sustentável dentro do programa do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida. O projeto, elaborado pela CEHAP, está bastante avançado e envolve a construção de um bloco de apartamentos, podendo ser considerado uma realidade bem próxima de uma visão até então futurista.

Emília relatou que já participou de diversas reuniões em Brasília, com representantes do Ministério de Minas e Energia e do Ministério das Cidades, e na Paraíba, com a Energisa e a UFCG - Universidade Federal de Campina Grande, instituição que desenvolve estudos relevantes sobre a captação de energia solar fotovoltaica e que já desenvolveu um conversor.

A presidente da CEHAP explicou que a experiência será em Campina Grande porque a UFCG acompanhará todo o processo de geração da energia captada do sol, e o excedente da energia irá para a rede da Energisa. Os técnicos da UFCG farão um estudo sobre o impacto ambiental da própria manutenção e da geração de energia para entrar na rede.

Fator economia

A utilização desse sistema de captação da energia solar, segundo Emília Correia Lima, vai proporcionar ao cidadão uma economia direta de mais de 50% na conta de energia elétrica. Nesse projeto estão sendo considerados dois aspectos: a economia e o conforto.

A aposta é em parâmetros de desenvolvimento sustentável para garantir a redução de impactos ambientais e oferecer economia aos moradores. “Estamos trabalhando principalmente na questão de como desenvolver o uso da energia solar, mas não somente para o aquecimento de água; buscamos desenvolver a energia fotovoltaica, uma fonte renovável obtida pela conversão de energia luminosa em energia elétrica que irá atender às necessidades elétricas da casa como um todo, como acender a luz, ligar a televisão e usar a geladeira e outros eletroeletrônicos”, disse.

Utilizando os conhecimentos

Emília Correia Lima chama a atenção ainda para que os cursos de Arquitetura e Engenharia comecem a resgatar soluções tecnológicas de nossos antepassados, a exemplo da captação de água e da plantação de árvores para maior conforto térmico. “As faculdades devem começar a desenvolver o verde nos edifícios”, adverte a presidente. Mas, segundo ela, o que chama atenção é a falta de estudos para encontrar soluções específicas para a realidade paraibana. “Vemos nos edifícios janelas que deixam entrar o sol e impedem a entrada do ar. Deveríamos ter a luz e o ar naturais para não ter que acender a luz ou utilizar o ar-condicionado”, explicou.

Emília Correia Lima

Na Europa, o uso desse tipo de energia já é uma prática antiga, enquanto no Brasil não se utiliza até o momento a energia solar em grande escala. “É difícil iniciar a mudança cultural e o rompimento com determinados costumes. Mas esse projeto é algo concreto que vai se construindo gradualmente para termos um futuro bem melhor”, concluiu Emília.

Profissionais debatem proposta do novo Código Florestal

A palestra de encerramento da primeira edição do Fórum abordou uma grande temática nacional: o novo Código Florestal brasileiro, cuja proposta foi aprovada no último dia 06 de dezembro pelo Senado Federal e ainda seguirá para apreciação da Câmara dos Deputados, devido às emendas aprovadas em plenário.

A professora da UFPB Cristina Crispim ministrou a palestra sobre as Consequências das Alterações do Código Florestal no Ambiente e na Biodiversidade. O presidente do CREA-BA, Jonas Dantas dos Santos, a coordenadora da rede de ONGs pela Mata Atlântica, Maria do Perpétuo Socorro, e o coordenador da Câmara Especializada de Agronomia do CREA-PB, Filemon Benigno, foram os debatedores.

Cristina Crispim fez uma apresentação detalhada demonstrando as consequências ambientais trazidas pelas mudanças propostas no novo Código,

como a perda de grandes áreas de preservação, e desconstruiu os argumentos ruralistas de que a alteração na legislação irá aumentar a produtividade agrícola com a ocupação de novas áreas agricultáveis.

Dentre as modificações trazidas na proposta, está a eliminação de matas em topo de morros, montanhas e serras, como APPs – Áreas de Preservação Permanente, espaços que hoje têm pequena ocupação, são ricos em biodiversidade, que tende a diminuir neste processo. Essa mudança também resultará no aumento da erosão, na perda de solo e nutrientes, no assoreamento e em risco de deslizamentos.

A diminuição da biodiversidade também será estimulada pelo aumento do desmatamento, pela redução da reserva legal e da largura das APPs, pela eliminação das várzeas como áreas de preservação, bem como através da descaracterização das áreas nativas com a diminuição da área de floresta e a composição da reserva legal com a inclusão de espécies exóticas, causando a redução gradual do número de animais na região, o desequilíbrio no controle populacional - feito naturalmente pelas próprias espécies - e o aparecimento de pragas.

A professora Cristina Crispim destacou também a consequente diminuição na polinização por insetos, elemento importante para o desenvolvimento agrícola, e o enfraquecimento do solo, que receberá mais fertilizantes, mais agrotóxicos, tornando-se salinizado e, gradativamente, deixando de ser agricultável devido ao uso excessivo de defensivos. Outra grande preocupação demonstrada pela palestrante é com a desproteção das áreas de nascente, que irá causar alterações químicas, afetando diretamente a qualidade da água.

Parâmetros químicos	*Nascente protegida*	*Nascente não protegida*
Carbono total (mg/L)	*1,52*	*6,06 (4x)*
Fósforo (µg/L)	*24,6*	*86,06 (4x)*
Nitrogênio (µg/L)	*340*	*710 (2x)*
Material em suspensão (mg/L)	*3,22*	*9,5 (3x)*

“Solos empobrecidos não servem nem mesmo para a agricultura, e águas sem qualidade não trazem desenvolvimento. Não estamos defendendo apenas o meio ambiente, mas a qualidade de vida dos brasileiros, pois é possível crescer sem aumentar o desmatamento”, afirmou Cristina Crispim.

Jonas Dantas dos Santos, referiu-se à força que o Sistema CONFEA/CREA possui, reunindo quase um milhão de profissionais responsáveis diretamente pelo desenvolvimento do país, e à necessidade de incluir todos no debate de grandes temas como o novo Código Florestal, que, alertou, ainda não está aprovado, havendo tempo para mobilizar a sociedade para discuti-lo. Dantas também lembrou que o Brasil tem uma das legislações ambientais mais completas do mundo, mas que é demonstrativa, havendo falta de controle social.

Maria do Perpétuo Socorro apontou a anistia para quem desmatou como uma das maiores deficiências do novo Código e lamentou a ausência do amplo envolvimento dos movimentos sociais e ambientais no debate da proposta. Filemon Benigno relatou que, apesar de o Código ainda não ter sido aprovado, já é possível perceber na Paraíba um aumento desenfreado do desmatamento em vista da possível anistia.

11 de dezembro, Dia do Engenheiro e Dia do Arquiteto

No dia 11 de dezembro, comemorou-se o Dia do Engenheiro e o Dia do Arquiteto, duas importantes categorias profissionais que fazem parte da base do CREA-PB. O presidente do Senge-PB – Sindicato dos Engenheiros no Estado da Paraíba, o engenheiro Armando Duarte Marinho, e a presidente do IAB-PB – Instituto dos Arquitetos do Brasil, a arquiteta e urbanista Cristina Evelise, conversaram com a Revista CREA-PB sobre as conquistas e os desafios das categorias que representam.

Engenheiro Armando Marinho

Qual o perfil dos profissionais de engenharia que atuam na Paraíba? Há uma modalidade mais procurada que as demais?

Não temos ainda um perfil dos profissionais de engenharia na Paraíba. É intenção das entidades coordenadas pelo CREA-PB fazer uma pesquisa, qualitativa e quantitativa. Acho até que essa pesquisa deve ser realizada conjuntamente com o Sinduscon. Seria mais abrangente e mais didática. Quanto à modalidade mais procurada, é a engenharia civil.

Há, na Paraíba, profissionais suficientes para atender à demanda nas diversas áreas da engenharia? Existe algum setor específico em que se perceba insuficiência no número de profissionais?

Não só na Paraíba, mas em todo o país, há um déficit de engenheiros. Antes da estabilização econômica, houve um descrédito dos estudantes no futuro na área tecnológica. Isso ocasionou uma evasão dos vestibulandos das áreas da engenharia, agronomia e arquitetura. Com a situação econômica do país, estamos sofrendo a carência dos profissionais da área tecnológica, notadamente de engenheiros e técnicos de nível médio. Quanto à insuficiência no setor específico, entre outras, a mais sofrida é a área da engenharia rodoviária. Não existem engenheiros rodoviários recém-formados nem técnicos de nível médio na área.

Em sua opinião, qual o papel de entidades representativas da engenharia, como o Senge-PB, e dos próprios engenheiros no desenvolvimento do país?

Nós do Senge-PB, pautamos que só com a união das entidades poderemos contribuir com os projetos para o desenvolvimento dos municípios, do estado e do país. Não podemos ficar fora das discussões nem podemos pensar uma nação que queira alavancar seu desenvolvimento sem a engenharia.

Este ano aconteceu sua reeleição para a Presidência do Senge-PB. Quais as principais conquistas da categoria nos últimos anos? O que o Sindicato tem feito pela valorização dos profissionais de engenharia?

Tivemos a satisfação de ser reeleitos para uma nova gestão (2011-2014). Podemos dizer que as principais conquistas foram o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Engenheiros da Administração Direta do Estado, que recebiam pouco mais de um salário-mínimo. Temos, neste momento, que agradecer ao presidente do CREA-PB, Dr. Paulo Laércio, juntamente com valorosos colegas que o acompanharam, bem como ao deputado João Gonçalves e, principalmente, ao ex-governador Cássio Cunha Lima.

Outra conquista, que não é financeira, é a união das entidades da engenharia. Se continuarmos juntos, seremos cada dia mais fortes. Quanto à valorização dos profissionais, realizamos, neste ano, juntamente com todas as entidades da engenharia (CREA-PB, Senge-PB, CEP-PB, IAB-PB, AEA-PB, Sindarq-PB) e com o apoio da Fisenge, uma campanha de valorização profissional com foco no salário-mínimo profissional (Lei nº 4.950-A), pioneira no Brasil e que serve de exemplo para todos os outros estados. Em 2012, continuaremos com a campanha paralelamente à realização do Fórum Paraibano de Engenharia.

Quais os principais desafios que os profissionais da engenharia da Paraíba enfrentam atualmente?

Entre os vários desafios, destacamos dois principais. O primeiro diz respeito aos profissionais vinculados ao poder público. A grande maioria são estatutários e, por conseqüência, estão vinculados aos Estatutos dos Servidores Públicos Estaduais, estruturas estas que temos que mudar. São verdadeiras tábuas de escravidão. Os governantes, resguardados por essas amarras, manipulam os funcionários e os tratam como verdadeiros escravos. Não existe diálogo com as categorias e os salários são impostos goela abaixo. É preciso que as categorias se organizem para lutar contra isso. A união das forças é primordial para mudarmos essa situação. Nenhum governo, por mais ditatorial que seja, resiste à união e à luta dos trabalhadores. E nós já estamos preparados para esses embates.

O segundo ponto é quanto ao setor privado. Essa é uma luta mais amena, pois o empresariado sabe do valor dos profissionais. O nosso relacionamento com o setor empresarial é muito bom, por vezes melhor do que com o setor público.

Há um grande número de profissionais do setor de tecnologia a poucos anos de se aposentar. Uma das bandeiras defendidas pelo Senge-PB é a necessidade de realização de concurso público para a área tecnológica. Qual a real extensão do problema e de que maneira as entidades profissionais estão lidando com essa questão?

O governo sabe da extensão do problema. Nós, juntamente com todas as entidades da engenharia, emitimos uma nota publicada no jornal Correio da Paraíba, no dia 12 de junho deste ano, intitulada Alerta em prol do desenvolvimento, em que denunciávamos um iminente caos tecnológico se o Governo do Estado e as prefeituras não realizassem concurso público para os profissionais da engenharia. Resumindo, em 2013, 67% dos profissionais ou se aposentarão ou já terão tempo para tal. É necessário urgência na realização de concurso público para a renovação do quadro dos profissionais da engenharia e da arquitetura, a fim de promover a transferência dos conhecimentos técnicos aos novos profissionais. Alertamos que o conhecimento só é transmitido na relação experiente-aprendiz.

Por fim, temos um grave problema. Hoje, o Estado da Paraíba não tem técnicos suficientes para fiscalizar as obras que estão sendo executadas. Elas estão acontecendo sem a devida qualidade exigida pelas normas por falta de fiscalização. Temos exemplos de obras que nem foram concluídas e que já estão com problemas.

"Em 2013, 67% dos profissionais ou se aposentarão ou já terão tempo para tal. É necessário urgência na realização de concurso público para a renovação do quadro dos profissionais da engenharia e da arquitetura, a fim de promover a transferência dos conhecimentos técnicos aos novos profissionais."

O Senge-PB apoiou a formação do Fórum Paraibano de Engenharia. Em sua opinião, qual a importância desse espaço de debate instituído recentemente?

O Fórum Paraibano de Engenharia é uma espécie de parlamento da engenharia. Nesse espaço de debates, não só as instituições da engenharia podem participar. Queremos que os movimentos sociais participem conosco. Chamaremos as instituições governamentais, os Ministérios Públicos, enfim, quaisquer representantes da sociedade que queiram participar para discutir e propor questões. Queremos, com esse Fórum, trazer a sociedade para dentro das temáticas que envolvem a engenharia, a arquitetura e a agronomia.

Arquiteta

Cristina Evelise

Qual o perfil dos profissionais de arquitetura que atuam na Paraíba? Pelo alcance de informações que o IAB-PB possui, é possível saber se a maioria dos arquitetos que trabalham em nosso estado está vinculada ao setor público ou ao setor privado?

Temos, atualmente, quase 1.300 arquitetos atuando em todo o Estado. A maioria deles formou-se no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB, um dos mais importantes e antigos do Nordeste, que, desde meados da década de 1970, já formou quase mil profissionais e foi o único da Paraíba até o início dos anos 2000. Recentemente, foram abertos outros cursos de arquitetura em instituições da rede privada de ensino, no Unipê e na Facisa, o que fez com que um número maior de arquitetos se formasse a cada ano, aumentando bastante o contingente desses profissionais, não somente na capital, mas também no interior.

Nas décadas de 1980 e 1990, a maioria dos arquitetos em atuação no estado trabalhava em órgãos da administração pública, sobretudo naqueles ligados à Prefeitura Municipal de João Pessoa e aos setores de planejamento do Governo Estadual. Havia ainda, em menor proporção, certos profissionais que possuíam escritórios de projetos, sendo que alguns deles também empregavam outros arquitetos na condição de assalariados. Mas, nos últimos anos, com o crescimento do setor da construção civil e do número de profissionais em atividade, o mercado de trabalho se diversificou e os arquitetos passaram a atuar nos mais diversos segmentos de seu campo profissional. Ainda que não se disponha de dados estatísticos precisos, é possível considerar que, atualmente, há mais arquitetos atuando na iniciativa privada do que no setor público.

Quais as principais conquistas da categoria nos últimos anos? O que o IAB-PB tem feito pela valorização dos profissionais de arquitetura?

Os arquitetos paraibanos têm motivos para comemorar. O IAB promoveu, nos últimos anos, diversos eventos não somente de nível estadual, mas também nacional, a exemplo da Mostra Paraibana de Arquitetura, exposta na Bienal Internacional de Arquitetura, em São Paulo, no ano de 2010. O IAB-PB organizou também concursos públicos nacionais de projetos de arquitetura importantes, como o do Parque Arruda Câmara e o do edifício-sede da Inspetoria de Campina Grande do CREA-PB, além de atualmente estarmos organizando um novo concurso público nacional a ser lançado em 2012, cujo edital e termo de referência já estão em fase de conclusão. O IAB-PB tem igualmente lutado, ao lado do Sindarq-PB, pela adoção do concurso público como instrumento de contratação de projetos pelos órgãos públicos, por entender que essa é a forma mais eficiente, justa e democrática de contratos dessa natureza, principalmente para as áreas de maior interesse cultural, paisagístico e patrimonial.

O que muda com a implantação do CAU-BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo Brasileiro e de suas regionais? Que benefícios a formação do novo Conselho traz para os profissionais que representa?

Desde o último dia 19 de dezembro, o CAU-BR e os CAU-UF - Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados passaram a ser os responsáveis pelo controle do exercício profissional dos arquitetos brasileiros. Com a criação desses conselhos, os arquitetos saíram da jurisdição do Sistema CONFEA/CREA, que é um sistema multiprofissional, e passaram a ser regulados

“Os arquitetos paraibanos demonstraram competência, realizando projetos de grande qualidade técnica e formal, que em nada deixam a desejar em relação aos melhores do Brasil. Tanto os nossos projetos de edifícios como os de interiores são de excelente qualidade, muitos deles premiados nacionalmente e até no exterior. Creio que os nossos arquitetos merecem ser mais bem contemplados na divisão dos resultados do crescimento da construção civil.”

por um sistema único e exclusivo para a arquitetura. Isso vai trazer inúmeros benefícios para os profissionais e para a sociedade. Com o novo sistema, o atendimento às demandas dos arquitetos, em particular, e da população, em geral, será mais ágil, eficiente e seguro, utilizando-se um avançadíssimo programa de comunicação via web. Os serviços de fiscalização também serão melhorados, a partir da inclusão de ferramentas como o georreferenciamento. As taxas cobradas aos profissionais e aos clientes também serão bastante reduzidas, principalmente a referente ao novo RRT - Registro de Responsabilidade Técnica que substituiu a ART - Anotação de Responsabilidade Técnica para serviços e obras de arquitetura.

Particularmente, me sinto muito honrada em ter sido eleita junto aos meus pares do CAU-PB como a sua primeira presidente e bastante satisfeita com o trabalho coletivo que todos os seus respectivos conselheiros federais e estaduais vêm desempenhando - mesmo antes da promoção dessa eleição, aliás, mesmo antes da homologação e vigência da Lei nº 12.378/2010 (que dispõe sobre a criação do CAU-BR e dos CAUs estaduais em todo o Brasil) em prol da valorização e promoção da nossa categoria, agora emancipada com seu conselho próprio.

Quais os principais desafios que os arquitetos e suas entidades representativas enfrentam atualmente na Paraíba e em nível nacional?

Eu diria que hoje o principal desafio das entidades consiste em agregar os profissionais. Faz-se necessário mobilizá-los, despertar neles a vontade de empreender um esforço coletivo e solidário em defesa e em benefício da profissão e de todos. Vivemos numa época em que muitos dos indivíduos priorizam seus objetivos pessoais e relegam a segundo plano tudo o que não lhes diz respeito imediato. É a era do indivíduo mais do que da sociedade. Mas isso não ocorre somente entre os arquitetos. Ao contrário, é uma realidade nacional. Nesse cenário, impõe-se como um grande desafio para as entidades despertar nos profissionais a consciência e o interesse em unir forças em prol do bem comum.

Nos últimos anos, a construção civil teve um crescimento gradativo. De que maneira isso refletiu na área da arquitetura, considerando a procura por formação e a quantidade de profissionais no mercado?

A arquitetura contribuiu enormemente para o crescimento da construção civil e teve um papel fundamental nesse processo. Os arquitetos paraibanos demonstraram competência, realizando projetos de grande qualidade técnica e formal, que em nada deixam a desejar em relação aos melhores do Brasil. Tanto os nossos projetos de edifícios como os de interiores são de excelente qualidade, muitos deles premiados nacionalmente e até no exterior. Creio que os nossos arquitetos merecem ser mais bem contemplados na divisão dos resultados do crescimento da construção civil.

Recentemente, o IAB-PB apoiou a formação do Fórum Paraibano de Engenharia. Em sua opinião, qual a importância desse espaço de debate recém-instituído? Que temáticas considera importantes para compor a pauta do Fórum em suas próximas edições?

O IAB-PB sempre apoiou e participou de todas as iniciativas que visaram contribuir para o desenvolvimento de nossa cidade, estado e região e, portanto, não poderia deixar de se associar a este importante Fórum. Foi um acontecimento da maior importância, não somente para a engenharia, arquitetura e agronomia, mas, sobretudo para a sociedade paraibana. Creio que outros temas merecem ser incluídos nas edições futuras do evento, tais como sistema viário e transporte, habitação e política urbana.

Balanço

Por Marcos Túlio de Melo

Presidente do Confea
Gestões 2006-2008
/2009-2011

Quando chegamos a Brasília no primeiro dia útil de 2006 para assumir a presidência do CONFEA, sabíamos dos imensos desafios que teríamos para implementar as mudanças apresentadas em nosso programa de gestão, aprovado pelos profissionais no processo eleitoral de 2005, pois já tínhamos a experiência de mandatos como conselheiro federal (1995-1997) e como presidente do CREA-MG por duas gestões (2000-2005).

Somos um dos maiores sistemas profissionais do País, com 28 autarquias, uma Mútua de Assistência, mais de um milhão de profissionais registrados, milhares de empresas e centenas de inspetorias nos principais municípios.

Dirigimos o CONFEA por dois mandatos, quando o trabalho diário, fundamentado em nosso compromisso ético, teve como norte a redução dos conflitos internos, o apoio às entidades, base do sistema profissional, a modernização administrativa, a ética, a integração de ações entre os CREAs, o aperfeiçoamento de nossos normativos, a busca da eficiência na gestão e na fiscalização e um maior relacionamento e presença junto à sociedade na discussão das políticas públicas afetas às nossas profissões.

O desenvolvimento econômico e social alcançado pelo país nos últimos anos, bem como o projetado para os próximos, a exemplo dos investimentos públicos e privados (PAC, Copa 2014, Olimpíadas 2016 e exploração de petróleo na camada pré-sal), reforça ainda mais a importância das profissões da área tecnológica.
Engrandecendo a história de nosso sistema, vimos a mobilização dos profissionais atingir marcas extraordinárias com a participação de 25 mil lideranças de todo o país no 6º Congresso Nacional dos Profissionais, em 2007. Na sétima edição, em 2010, foram 50 mil profissionais mobilizados durante as etapas municipais e estaduais e a nacional. Mais que numérica, a marca se traduziu em propostas que fizeram avançar nossas organizações.

Entremeando todos os debates ocorridos neste período, destacamos a modernização do modo de concessão de atribuições profissionais, consubstanciado na Resolução nº 1010, de 2005, e na Matriz do Conhecimento, hoje reconhecido pelo Ministério da Educação e por organizações profissionais de outros países como normativo adequado ao desenvolvimento do país, que se prepara para ser a quinta potência econômica do planeta. Em vez de títulos estanques, a atribuição profissional

concedida pelos CREAs passa a estar subordinada ao efetivo conhecimento adquirido na graduação e na pós-graduação. Motivo de muitas polêmicas, uma vez que, num sistema multiprofissional, é natural que as disputas corporativas sejam discutidas à exaustão para a busca do equilíbrio, a Resolução nº 1010 está definitivamente implantada.

Constituído como autarquia federal autônoma, desenvolvemos importantes relações com órgãos de governo, por meio de convênios e de parcerias. Com o Ministério da Educação, para a análise de criação de novos cursos; com o Ministério do Esporte, para capacitar profissionais para emissão de laudos técnicos sobre estádios, com o Ministério da Indústria e Comércio Exterior, no fomento à inovação tecnológica e na proposição de políticas para o desenvolvimento industrial. Na defesa do desenvolvimento sustentável, o CONFEA mantém representação em diversas câmaras técnicas do Conselho Nacional de Meio Ambiente. No Conselho das Cidades, tem cadeira efetiva na discussão de políticas públicas de habitação, saneamento e mobilidade, bem como no Conselho Nacional de Defesa Civil.

A globalização, expressa em nossa área de ação profissional principalmente pela expansão de nossas empresas no mercado externo, bem como das estrangeiras em nosso país, trouxe-nos a necessidade de investir na inserção internacional do Sistema CONFEA/CREA. Além da atuação no âmbito do Mercosul e da realização do WEC - Congresso Mundial de Engenheiros no Brasil em 2008, empreendemos diversas ações de intercâmbio e cooperação com organizações das Américas, da Europa e da Ásia.

Na relação com a sociedade, beneficiária principal dos serviços prestados pelo sistema profissional, ampliamos nossas ações por meio de organizações da sociedade civil. Fomos atuantes na campanha Ficha Limpa, por meio do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, e, em 2010, lançamos o Movimento Anticorrupção da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, com o objetivo de estimular a contribuição dos técnicos dessas áreas para a adoção de procedimentos que diminuam os riscos de corrupção nos setores público e privado. Em parceria com a Controladoria-Geral da União e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, iniciamos ações de estímulo à cultura da transparência e da integridade, dentre as quais a realização do projeto Jogos Limpos Dentro e Fora dos Estádios, com o objetivo de acompanhar os investimentos para a Copa de 2014, com comitês constituídos nas 12 cidades-sede dos jogos. Nestas mesmas cidades, promovemos, conjuntamente com os CREAs, audiências públicas para conhecer e discutir o estado da arte dos projetos e obras para a Copa.

Para dar condições administrativas às diversas ações sintetizadas acima, buscamos a excelência na gestão, dotando o CONFEA de um planejamento estratégico adequado às condições do presente e aos cenários do futuro. Internamente, reforçamos a área-fim do CONFEA, melhoramos as condições de trabalho de nossos colaboradores com a adequação salarial ao mercado e com a construção da nova sede em Brasília.

No item transparência, um dos pilares de nossa gestão, demos publicidade a todos os atos da administração, com consultas públicas na internet sobre nossos orçamentos, publicação de balanços e contratos, além da transmissão das sessões plenárias ao vivo. Implantamos a Ouvidoria, a Controladoria Interna e a Corregedoria e fomentamos o mesmo nos regionais que ainda não as possuíam, deixando um importante legado para a operacionalização da Lei nº 12.527/11, que regulamenta o acesso de qualquer cidadão à informação pública.

O Prodesu - Programa de Sustentabilidade do Sistema CONFEA/CREA, que implantamos em 2011 após vencer uma cultura de desintegração do sistema, possibilita a ajuda solidária a CREAs de menor arrecadação. No primeiro ano, o programa contou com recursos de R$ 15 milhões, sendo R$ 13 milhões aportados pelo CONFEA. Para 2012, realizamos um aporte financeiro de mais R$ 30 milhões, garantindo um volume orçamentário que possa ser usado para minimizar o impacto da perda de arrecadação em alguns CREAs, em função de novas legislações. No período 2006-2011, outros programas somaram recursos da ordem de R$ 30 milhões, repassados aos CREAs e às entidades.

Por tudo que realizamos nos últimos seis anos, acreditamos ter dado nossa contribuição ao sistema profissional. Em muitos aspectos, ainda precisamos avançar, dentre os quais destaco a necessidade de aprofundar nossas relações com a sociedade, de manter as ações que valorizem as profissões - elevando seu reconhecimento social - e de implementar a fiscalização das atividades profissionais, e não apenas do exercício profissional.

A todos que participaram de nossa gestão, apoiando ou criticando, nosso muito obrigado. Só me resta confessar meu orgulho de fazer parte dessa história e de ter honrado a confiança de todos vocês.

Valeu muito a pena!

Aristóteles e os engenheiros

Por Irenaldo Quintans

Irenaldo Quintans é economista, pós-graduado em Finanças Empresariais, presidente do Sindiscon-JP e vice-presidente da CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Numa das suas obras seminais, Magna Moralia, o filósofo grego Aristóteles, fundador da ciência tal como a conhecemos hoje, pugna pela existência de dois tipos fundamentais de habilidades intrínsecas ao ser humano: a prática, ou praxis, adquirida a partir da repetição e do aprimoramento de dada tarefa; e a sabedoria, ou sophia, obtida por intermédio do exercício puro e simples da intelectualidade.

Defende, o pensador, que na busca incessante pela felicidade, meta maior de todo o nosso empenho, terá mais chance de êxito o contendor que se dispuser a desenvolver, "mediante o hábito, a providência divina ou mesmo a sorte", um caráter único, resultante da superposição desses dois vetores, chave que abrirá as portas para a virtude. Refere-se o mestre à phronesis, cuja incompleta tradução é algo como a sabedoria aplicada à vida.

Quis dizer Aristóteles, em minha opinião, que pouca valia tem a ciência empoeirada das estantes acadêmicas, à disposição de ninguém. Analogamente, a pragmática vivência cotidiana, por si, permite apenas que o indivíduo, na melhor hipótese, sobreviva; todavia, outro diamante de igual quilate, Sócrates, celebrizou-se por afiançar, com sobrada razão, que uma vida irrefletida não merece ser vivida. É lícito deduzir, por conseguinte, que, em vez de numa ou noutra, é no amálgama de ambas – ciência e vivência – que habita a realização plena.

Tendo como escopo a esplêndida atualidade dos escritos de Aristóteles, pode-se inferir que os engenheiros, construtores, arquitetos, enfim, os técnicos das várias formações que se dedicam à laboriosa cadeia produtiva da construção civil são seres aristotélicos por excelência, no sentido mais nobre da qualificação. Precisamente devido ao fato de que, como poucas, aquelas profissões concedem aos que as escolhem o ensejo de contribuir com a sua sapiência para o cotidiano das gentes, sem precisar sequer levantar dos bancos escolares.

Esses cientistas-práticos, na medida em que adquirem conhecimentos nas academias modernas e os aplicam na melhoria da vida das pessoas comuns, podem, enfim, afirmar que desfrutam de uma existência plena de felicidade e virtude. Até porque Aristóteles, no mesmo tratado, reforça e vaticina: "As coisas que temos de aprender antes de fazer, aprendemo-las fazendo-as. Por exemplo, os homens se tornam construtores construindo...".

Com responsabilidade e rigor científico, estudando os eventos, pesquisando suas consequências e aplicando-os no dia-a-dia, tais profissionais, além da sua própria, fazem a felicidade de todos. E nada melhor para comprovar essa tese do que o agradável sentimento que prevalece na entrega de uma obra à comunidade, depois do intenso esforço despendido nela, seja ela um edifício, uma escola, um hospital ou uma rodovia. A comunidade anseia por esses equipamentos como se ansiasse por pedras angulares da dignidade.

Recebam, pois, minhas melhores homenagens, esses homens e mulheres que, estudando e trabalhando, têm ofertado seus melhores anos, pensamentos e ações para a literal construção de um Brasil mais feliz, já que melhor equipado e, portanto, socialmente mais justo.

MÚTUA

34 anos

Dezembro de 2011
34 anos com o profissional da área tecnológica

2012
O ano do associado

MÚTUA-PB
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

Av. Dom Pedro I, nº 827, Centro,
João Pessoa-PB
CEP: 58013-021

Tel.: (83) 3241-5233
E-mail: mutua-pb@mutua.com.br

Central de Relacionamento Mútua: 0800 61 0003

ÉTICA NÃO É UMA CIÊNCIA EXATA, MAS TEM MUITO A SOMAR NA SUA CARREIRA.
O CÓDIGO DE ÉTICA DOS ENGENHEIROS PROFISSIONAL
CONFEA CREA
CDEN Colégio de Entidades Nacionais
Ética. Indispensável para você, fundamental para nosso país. Pense nisso. Siga o Código de Ética.
Acesse www.confea.org.br
Confea. Ética a serviço do Brasil.
CONFEA CREA
Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
A SERVIÇO DO BRASIL